

POPULISMOS E SUA HISTORICIDADE DESAFIADA

POPULISMS AND THEIR CHALLENGED HISTORICITY

LOS POPULISMOS Y SU HISTORICIDAD DESAFIADA

ARTIGO

Danilo Uzêda da Cruz

Pesquisador Colaborador,
Doutorado em Ciências Sociais
Universidade Federal da Bahia,
danilohistoria@yahoo.com.br
Brasil
Orcid : 0000-0003-0942-1170

Texto recebido aos 27/08/2022 e aprovado aos 27/11/2022

Resumo

O artigo apresenta leituras clássicas e contemporâneas sobre o fenômeno do populismo e suas expressões histórico-políticas, compreendendo o fenômeno nos termos de sua historicidade e usos sociais e políticos. Como vocabulário político aparece entre socialistas no século XIX, refutando doutrinas não demonstradas na empiria. Entretanto o percurso histórico demonstrou que a amplitude do termo alcançou novos horizontes metodológicos, comprovados pela empiria. A abordagem proposta realiza um passeio na literatura clássica de diversas matrizes teóricas, até a abordagem contemporânea em busca de uma categoria explicativa do fenômeno que possibilite a compreensão de sua multidimensionalidade e polissemia. Diferente do que apresenta a literatura clássica, os autores contemporâneos abordados apresentam o populismo como fenômeno característico das sociedades modernas, pós-revolução francesa, que nos alcança na contemporaneidade explicando projetos políticos de pensamentos políticos conflitantes e até antagônicos, e cuja base analítica é a mobilização das massas sociais, acrescentando o novo recurso midiático e uso das redes sociais no protagonismo da massificação das notícias e informações.

Palavras-chave: Democracia; Política De Massas; Pensamento Político



This work is licensed under an Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0)
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

Abstract

The article presents classic and contemporary readings on the phenomenon of populism and its historical-political expressions, understanding the phenomenon in terms of its historicity and social and political uses. As a political vocabulary it appears among socialists in the 19th century, refuting doctrines not demonstrated in empiricism. However, the historical path has shown that the breadth of the term has reached new methodological horizons, proven by empirical evidence. The proposed approach takes a walk through the classical literature of several theoretical matrices, to the contemporary approach in search of an explanatory category of the phenomenon that allows the understanding of its multidimensionality and polysemy. Unlike what classical literature presents, the contemporary authors addressed present populism as a characteristic phenomenon of modern societies, post-French revolution, which reaches us in contemporaneity explaining political projects of conflicting and even antagonistic political thoughts, and whose analytical basis is the mobilization of the social masses, adding the new media resource and the use of social networks in the role of the massification of news and information.

Keywords: Democracy; Mass Politics; Political Thought

Resumen

El artículo presenta lecturas clásicas y contemporáneas sobre el fenómeno del populismo y sus expresiones histórico-políticas, entendiendo el fenómeno en términos de su historicidad y usos sociales y políticos. Como vocabulario político aparece entre los socialistas del siglo XIX, refutando doctrinas no demostradas en el empirismo. Sin embargo, el recorrido histórico ha demostrado que la amplitud del término ha alcanzado nuevos horizontes metodológicos, comprobados por la evidencia empírica. El enfoque propuesto hace un recorrido desde la literatura clásica de varias matrices teóricas, hasta el enfoque contemporáneo en busca de una categoría explicativa del fenómeno que permita comprender su multidimensionalidad y polisemia. A diferencia de lo que presenta la literatura clásica, los autores contemporáneos abordaron el populismo actual como un fenómeno característico de las sociedades modernas, posrevolución francesa, que nos llega en la contemporaneidad explicando proyectos políticos de pensamientos políticos contrapuestos e incluso antagónicos, y cuya base analítica es la movilización de las masas sociales, sumando el nuevo recurso mediático y el uso de las redes sociales en el rol de masificación de noticias e información.

Palabras-clave: Democracia; Política De Massas; Pensamiento Político

(...)La claridad conceptual ni qué hablar de definiciones está visiblemente ausente de este campo. En la mayoría de los casos, la comprensión conceptual es reemplazada por la invocación a una intuición no verbalizada, o por enumeraciones descriptivas de una variedad de 'rasgos relevantes' una relevancia que es socavada, en el mismo gesto que la afirma, por la referencia a una proliferación de excepciones(...). (LACLAU, 2005: 15)

O debate político, em torno do populismo, não aparece apenas na modernidade. Ainda presente, desde a idade média, no vocabulário político do Ocidente, com uma história cujo alcance pode observar já nos discursos desde Marsílio de Pádua (1275-1342), até então, esse debate dizia respeito a um instrumento retórico, caracterizado por ações populares ou *para o povo*. Tratava-se de outra “coisa”, como nos alerta Laclau (2013), mesmo porque o conceito como hoje o vemos está associado à modernidade, entremeado pela experiência histórica das revoluções e as democracias no mundo ocidental, guardando uma relação com o Estado Moderno. É, portanto, um fenômeno histórico advindo com a modernidade.

Enquanto vocabulário político, ele aparece ainda entre os socialistas no século XIX para refutar politicamente as doutrinas cuja fragilidade empírica tornava sua aplicabilidade pueril, voluntaristas ou enfadadas, principalmente, por não traduzir uma alternativa concreta para a superação

dos limites impostos pelo determinismo do presente, caracterizando-se como um limite para a ação revolucionária objetiva. Eram ainda vistos e tratados, na literatura política, como governos que “afrouxavam” as instituições em nome de demandas conjunturais. Segundo Ferreira (2001), falar de populismo, em qualquer época distinta do pós-revolução francesa, é, no mínimo, incorrer em um anacronismo grosseiro, já que existem outras categorias explicativas. Outras leituras e interpretações dos fenômenos anteriores a esse período dão conta do fenômeno e suas práticas de governo. Populismo é, então, um fenômeno característico das sociedades modernas, pós-revolução francesa.

E mais. Autores como Laclau (2013) nos propõe pensar que o populismo possa ter mesmo sentido apenas entre os países da América Latina, ainda que apareça em China, Oriente Médio, em alguns países africanos, e mesmo nos Estados Unidos, como representante da modernidade racional, ou na Europa, cujo modelo de governo pareceu, ao menos até os anos 1920, não conter práticas populistas em sua trajetória. Da mesma maneira, observando, particularmente, a Europa e a América Latina estão para Hobsbawm (2013) para quem a leitura sobre fenômeno contribui fortemente para compreender os entraves

políticos e culturais, e o *atraso*, das sociedades latino-americanas.

Partindo dessa premissa do historiador etíope-inglês Hobsbawm (2013), o conceito de populismo foi largamente analisado como um fenômeno tipicamente latino-americano. As referências aos governos e aos governantes tiveram contornos personalistas e patriarcais, em um longo período de transição dos paradigmas de desenvolvimento em toda a região, de economia agrário-exportadora, sob o controle oligárquico (COMPARATTO, 2019; HOBBSAWM, 2013), para a economia industrializada, ancorada na complementação industrial aos bens e produtos internacionais e fortemente apoiada no mercado interno. Nessas sociedades invadidas pelo fenômeno urbano, alterando as realidades ruralizadas das paisagens parnasianas, não por opção, mas como parte da subsunção social ao capitalismo e ao capital (LEFEBRVRE, 1973; MÉSZÁROS, 2002) é que o fenômeno populista se instala. Esse ponto de partida tem sido constantemente revisado pelas ciências sociais, a partir de novas e importantes contribuições da história, da filosofia e da ciência política. Poderíamos dizer, sem exagero, que a antropologia tem fornecido, do mesmo

modo, uma significativa contribuição ao problema.

Dois de seus aspectos centrais foram questionados nos últimos 20 anos, mobilizando novos estudos em torno do fenômeno, quais sejam: a passividade da sociedade diante da ideologização conservadora do político e da política populista, quase que idiotizando povos inteiros; e, a reflexão sobre as formas particulares de governo e governança dos Estados-nação, deixando de lado uma visão e atribuição hierarquizada do fazer político entre os Estados, colocando, via de regra, as nações e gentes latino-americanas eternamente “em vias de civilização” ou de uma “socialização atrasada” diante das sociedades europeias e norte-americanas. Ainda assim, e para nós com certa razão, aparece como uma categoria integralmente associada à América Latina e suas formas de “fazer política” e do “fazer-político”, redimensionando o problema, situando-o em sua dimensão política, ou ainda mais especificamente a forma de liderar nas formas de governo, já que parte da literatura uma leitura associava a outras esferas da vida social, que não apenas aos governos.

Para Sartori (1982), é possível a delimitação da dimensão política, uma vez que torna a análise do fenômeno mais ampla, para que se busque a identificação de um padrão de comportamento e conduta,

enquanto permanências de práticas entre os governantes e políticos latino-americanos, alcançando diferentes contextos e períodos históricos. Essa perspectiva possibilita a utilização, atemporal, de sua aplicabilidade para explicar essa forma específica de “gestão”. Essa observação delimita o conceito a um quadro específico do político e o “solta” no tempo, desprendendo o fenômeno de suas sociedades e das relações de onde emerge o fenômeno. A partir do modelo de Sartori, têm-se uma ampla capacidade de análise e comparação, perde-se, com isso, a historicidade do conceito e, portanto, seu poder explicativo e precisão histórica. Ainda que seja um amplo fenômeno e percorra boa parte da história e formação das sociedades latino-americanas e seus Estados Nacionais, há de se ter alguma comprovação empírica (SARTORI, 1982), que alimente a análise e permita não apenas identificar politicamente os governos e políticos populistas como também as relações e os “povos” que possibilitaram a emergência dessa prática.

Durante algum tempo, as Ciências Sociais deram por encerrado o Populismo, partindo da ideia de que o aprofundamento do globalismo e do pós-modernismo (novamente hierarquizando o fenômeno como produto de uma sociedade de emergência industrial) encerraria possíveis relações populistas. Deram-no ainda por

acabado, pois a realidade demonstrava que relações populistas, seus personagens carismáticos - donos de simbolismo pessoal e trato personalista da política, capazes de submeter todo o sistema político a seu projeto político pessoal de poder, afastando as regras democráticas -, parecia mesmo ter encerrado seu ciclo no início dos anos 1980.

Diante desse cenário, o que a história recente tem demonstrado é que o populismo aparece como fenômeno renovado, aderindo a novas práticas e contornos diante de um capitalismo global que se modificou. Aparece ainda não apenas comprometendo o fortalecimento das democracias na América Latina, como também se associando a modelos nacionalistas, incorporando ideários ultra-liberalizantes, o que reafirma seu caráter de prática de governo, e não de modelo econômico-cultural (GERMANI; IANNI, 1973; LACLAU, 2013).

O percurso que tentaremos debater, ao longo desse artigo, busca materializar o debate, tentando não exaurir o leitor, uma vez que os estudos sobre o populismo estão largamente realizados em toda a América Latina, com pensadores de relevo nos quadros da História e das Ciências Sociais.

Por outro lado, o capital e suas transformações recentes têm relegado o campo político para um segundo plano, perdendo pouco a pouco a assistência da

sociedade e interesse participativo. A materialização da política e seu vasto campo caíram no descrédito e na irrelevância para a maioria das populações na América Latina. Como fio condutor dessa prática, reduz-se a participação nos mecanismos tradicionais da vida política e na esfera pública, assim o cidadão recolhe-se para o mundo privado, até mesmo para “dizer” de política. A conversão desse novo estágio da política ainda não permite dizer o que é, mas certamente apresenta distinções com as esferas clássicas da vida pública e política.

O novo século não somente nega, em participação, o que foi o fim do século anterior, como também esgarça os frágeis laços de solidariedade de classe, substituídos por identidades construídas a partir de novos problemas sociais, individuais ou grupais, em um emaranhado de desejos políticos, vontades de grupos sociais, em grande medida de difícil pactuação societal, pois pertence apenas a um desejo daquele grupo. De outra parte, os problemas sólidos reclamam apenas a humanização igualitária das relações *historicamente* negadas. Em geral, o que se assiste é o retorno ou reafirmação do cidadão ou cidadã individualista, atento às suas próprias causas e dilemas, diante da necessidade objetiva de sobreviver à tormenta do sistema capitalista. Confunde-

se até a noção política de cidadania, com uma vontade (abstrata) do comum (LAVAL; DARDOT, 2016). Ao negar sua atuação formal da política, muito embora esteja totalmente imerso nessa dimensão, o cidadão e cidadã mostra-se com apetite para aceitar como novidade arenas privadas de negociação *face to face*, sem a presença das instituições tradicionais dos modelos democráticos e sem a mediação do político tradicional. Essa é uma parte das razões pelas quais reaparece, sem nunca ter ido embora, o populismo, com novo batismo - porque assim exige - de neopopulismo contemporâneo.

O populismo como conceito explicativo

Essa é a gangorra teórico-metodológica, que os cientistas sociais têm as duas mãos amarradas às cordas para explicar o fenômeno que emerge com essa natureza dicotômica, ambígua, concreta e determinante na nossa forma de fazer política, e que exige mais do que ceticismo ao tema. Ela requer uma abordagem enriquecida por diversos olhares e paradigmas teórico-metodológicos para sua compreensão.

O apressar-se em finalizar o populismo e suas variações “climáticas” recaíram em problemas epistêmicos, enfeixando as análises da consolidação democrática no continente aos desenhos e

desempenhos institucionais¹, deixando de lado toda a análise da cultura política e as questões de ideologia e representação política (SARTORI, 1982; LACLAU, 2013).

Esse é o caso do neo-institucionalismo que, embora saibamos de sua imprescindibilidade para análise das estratégias dos atores políticos e de sua função política, a afirmação central desse campo de análise é sobre o fato que o funcionamento das instituições não garante *per se*, nem *a fortiori*, uma melhor democracia, sua continuidade ou normalidade. Em todos os casos analisados até aqui, a existência e perpetuação das instituições, em sua pretensa normalidade, se não ampliaram fizeram persistir desigualdades cruciais caras à própria democracia (SARTORI, 2011). Antes pelo contrário, é a existência de determinadas instituições em condições de desigualdade política e social, em que radica a fragilidade da democracia em nosso continente (TILLY, 2013).

Ainda assim, o neo-institucionalismo, associado aos critérios operativos presentes em Dahl (2005), contribuiu para que a pesquisa, na área de política comparada, se concentrasse nas características institucionais da América

Latina, seja como forma de governo (LINZ; VALENZUELA, 1994) e a institucionalização dos sistemas partidários (MAINWARING; SCULLY, 1995), em lugar do estudo das outras dimensões, como a dimensão normativa da democracia, cultura, política e participação política (AVRITZER, 2002; TILLY, 2013). A experiência democrática que nos envolve, e pela qual as populações da região lutam, permanece como dúvida ou como mistério (ROUQUIÉ, 1985), alimentando a produção acadêmica.

De todo modo, o que assistimos recentemente é aparecimento do neopopulismo, uma espécie de populismo reaquecido como produto das contradições mesmas do processo democrático na região (HUNTINGTON, 1991; LACLAU, 2013). Reaparece, ainda que exista a poliarquia formal, para utilizar Dahl (2005), e dos avanços econômicos, que operam no mesmo nível de contradição do capital. Ou seja, provocando mais pobreza em algum canto, para que parte da população melhore seu acesso a bens e serviços. E, no mesmo compasso, o ressurgimento dessa forma de populismo, paralelamente ou como negação, tem sobestado a participação popular, dos movimentos sociais ou alterado sua agenda política, como

¹ Na maioria das vezes, a a partir de experiências europeias ou norte-americanas.

afirmamos, para uma agenda privada ou focalizada dos grupos demandantes, peticionada a “tal liderança”. Aquela participação tradicional, pautada pela racionalidade como expectativa, em que o imperativo categórico é a intensidade mediada das relações entre Estado e Sociedade, se esvanece, torna-se ineficaz e deslegitimada por setores significativos da sociedade. Porém, mesmo essa pretensa racionalidade fática, nunca foi mesmo a razão de ser das democracias latino-americanas. Não “como ela é”. Isso porque esteve sempre ancorada em elementos que fugiam ao racionalismo democrático, ou porque a diversidade e o comportamento político não seguiam a mesma lógica das democracias do Norte ou europeias.

De outro modo, ao tomarmos a análise neoinstitucionalista, poderíamos inferir que as instituições modernas não foram capazes de confirmar o que prometeram: a estabilidade formal, o bem-estar social e econômico das massas populares. Então, essa condição de precariedade vulnerabiliza as populações e faz ressurgir discursos demagógicos e de manipulação das massas populares, mas que apresentam alternativas de viabilidade (do presente) às populações cada vez menos interessadas no passado e no futuro.

É, nesse contexto, que os líderes neopopulistas reimpõem uma dinâmica à

política, associando-se ou não às oligarquias e aos militares, ainda que o estatuto do golpe pareça ter sido substituído por outras formas de alcance do poder com a utilização dos mesmos instrumentos democráticos, ou seja, as eleições formais e regulares, ou as injunções de grupos militarizados e militares institucionais. Insistiremos ainda um pouco nessa análise e justificativa neoinstitucionalista, sobretudo, porque parece que ela nos coloca um dilema crucial para as instituições democráticas. Já que se mostraram incapazes de, categoricamente, garantir por um ciclo maior, as promessas democráticas que propugnavam tornam-se obsoletas ou substituíveis. Assim, por meio dessa corrente explicativa, o contexto viabiliza o surgimento de líderes populistas e a ruptura do marco institucional poliárquico, retornando a figura do líder político à centralidade das discussões e do sistema político em seu entorno.

O frágil pacto social está unicamente ligado à capacidade dos votos (eleições formais) e do apoio das classes populares, principalmente, dos mais pobres e subalternos. O Brasil, o Uruguai e o Equador assistiram, na última década, o crescimento da direita populista raivosa e anti-democrática que tem se associado a setores ainda mais conservadores, contando com o apoio, antes desnecessário, das

classes média e alta. É possível, então, pensarmos o populismo nos termos dessa nova configuração, em que a construção democrática prescinde das instituições da democracia representativa? É talvez por meio de uma inflexão ainda mais drástica que será possível entender ou caminhar para a compreensão do fenômeno do populismo e neopopulismo na América Latina. Para tanto, a forte afirmação de Faletto (1982) que identificara há mais de duas décadas que “o populismo (...) [é] a grande experiência de participação política popular” (FALETTO, 1982, p. 72). Será preciso, portanto, entender seu conceito, como uma prática cuja ambiguidade e contradição não estão distantes das contradições da democracia realmente existente; em outras palavras: é possível pensar que o populismo é a chance de participação popular nas democracias como elas são?

“O nome e a coisa”

O termo populismo é um dos temas mais polêmicos e centrais da ciência política latino-americana, por seu caráter crucial para explicar o mundo político e os sistemas políticos, mas também porque assumiu certo caráter paralelo para que as pesquisas acadêmicas prosseguissem, mesmo com o cerceamento democrático imposto pelas ditaduras militares

instauradas no continente a partir dos anos 1960.

O panorama político entre os anos 1930 e 1950, sua instabilidade e recorrentes crises mundiais de acumulação do capital, bem como a incapacidade dos governos anteriores a esse período em dar respostas às demandas sociais crescentes, fez emergir, na América Latina, uma mudança significativa no que diz respeito às orientações políticas dos governos da época. Surgia, nesse período, uma outra modalidade de governo – o populismo. O quadro geral para esse surgimento esteve, claro, associado a um passado patriarcal, cujas relações patrimonialistas eram predominantes, as quais marcaram, desde sempre, os Estados-nação e suas formações sociais.

Por outro lado, esse mesmo universo simbólico e mental que combina elementos ideológicos a outras formas de dominação e controle, emanados das relações coloniais e daquilo que fora resultado dos processos de independência, associava-se a uma estrutura econômica e material que mantinha os países latino-americanos caudatários do capitalismo mundial. Alguns autores enfatizam esse aspecto econômico (FALLETO, 1982), outros preferem reafirmar seu caráter ideológico e discursivo (WEFFORT, 1978). O que há de consenso é que no emaranhado de relações

globais, nacionais e locais passou a predominar uma nova pactuação política entre as lideranças políticas e as populações, até então, denominadas imprecisamente e largamente no circuito político por “povo”.

Essa nova pactuação, denominada de “populismo”, foi, então, aplicada ao amplo conjunto de líderes e movimentos do período, alcançando governos, mas também práticas entre movimentos políticos sociais. A precisão dada e cristalizada em Ianni (1971) repercute fortemente nas ciências sociais ainda hoje. Laclau (2013) a seu termo, amplia essa perspectiva, demonstrando que o fenômeno social “populismo” é mesmo um fenômeno social que envolve tanto dirigentes quanto as massas populares.

Ainda que tenha aparecido como fenômeno histórico na América Latina, como dissemos anteriormente, seu conceito já circulava na sociedade. Nos Estados Unidos, por exemplo, no século XVII, portanto anterior à Revolução Francesa, esteve associado a uma preocupação entre os pequenos comerciantes rurais e as crises do sistema monetário, confundido com políticas “populares”. A imprecisão, ou precisão ampliada do termo (GRAMSCI, 2004), remete a discussão para movimentos políticos e tipos de formas de governo, para além da América Latina, alcançando países

da Ásia e África, como um *menu* aos países terceiro-mundistas.

Olhar novamente para o conceito e sua polissemia nos fez observar a grande contenda existente entre cientistas sociais, sobre como e em quais contextos históricos empregá-lo. Em Saes (1976), por exemplo, o populismo é uma ideologia das classes médias urbanas, que invade todos os espaços, inclusive o mundo rural, com determinação simbólico-discursiva, objetivando alterar a compreensão do real. De outro ponto de vista, em uma zona proximal, Weffort (1978) considera o populismo uma ideologia da pequena burguesia, notadamente aquela que consegue agendar o executivo e os sistemas de cultura. Outros estudiosos têm observado o fenômeno como um determinado contexto sócio histórico, superestrutural, ou mesmo como produto de uma dada uma estrutura social e regional. É o que está presente em Little (1975), em sua “abordagem estrutural” do fenômeno, mesmo porque engloba as diversas determinações da vida social.

Recentemente, um conjunto de autores passou a observar o populismo a partir das respostas possíveis a determinados contextos de crise estrutural do capital, ou das crises do desenvolvimento nos países periféricos e de economia dependente-complementar, como

é o caso de toda a região da América Latina. Essa abordagem está à maioria das vezes associada a algum tipo de nacionalismo, total ou parcial. A novidade do caso (ocaso) brasileiro e o governo Bolsonaro, indica que esse debate deverá ser reaberto.

Novas perspectivas de análise se abrem a partir dos estudos decoloniais, partindo do estudo e da pesquisa sobre as formações históricas dos Estados-nação latino-americanos. Nesse novo paradigma epistemológico, o termo “populismo” aparece em combinação com diversas matrizes teóricas a partir de análises contextuais: a perspectiva histórico-sociológica (GERMANI, DI TELLA e IANNI, 1973), a perspectiva econômica (DORNBUSCH; EDWARDS, 1991), a perspectiva ideológica (LACLAU, 1977; LEFORT, 2011) e a perspectiva política (FRANCO, COTLER E ROCHABRÚN, 1991; LEFORT, 2011; LACLAU, 2013). Alguns autores também revisaram suas próprias análises, como é o caso de Laclau (2013), ampliando as abordagens e possibilitando entender/compreender a ideologia como um fenômeno não necessariamente pernicioso ao sistema político, mas sim existente, como traço da cultura política a ser compreendido e manejado politicamente.

Em três obras seminais, Germani (1962, 1965a e 1965b) argumenta que o

populismo é possível devido ao baixo nível de modernização social nos países latino-americanos do período entre os anos 1930 e 1960, justamente o período de caracterização histórica do fenômeno. Considera o autor que as lideranças populistas passam a fazer o papel que deveria ser do Estado, usando o personalismo para incluir à política e à sociedade grupos que estavam fora dos sistemas de direitos e que pressionavam para sua inserção. Para explicar as contradições que identifica as sociedades latino-americanas de então, Germani (1962) opta por uma análise distinta da que seus contemporâneos faziam, analisando, a partir da ideia de simultaneidade, as estruturas arcaicas e modernas que conviviam nos Estados-nação, causando movimentos assíncronos. Mesmo com uma realidade em constante mutação e transição, e extremamente heterogênea, para o autor, essas sociedades caminham para um movimento progressivo rumo à modernidade. O caminho progressivo era o da transformação rumo às sociedades urbano-industriais, com instituições e valores democráticos racionais, estáveis e duráveis.

Contudo, destaca o autor, no curso dessa transição, os movimentos populistas, ou, como Germani prefere definir, nacional-populares, passam a emergir das

sociedades, suprimindo a mediação estatal e caracterizando-se por uma relação direta entre o líder e as massas. Essa relação é inflada a partir de grupos sociais recém-aderidos ao mundo urbano, de passado rural recente, combinando, no âmbito da política, aspectos heterogêneos, já que representariam, ao mesmo tempo, o atraso na implantação plena de uma democracia representativa e a incorporação política de camadas marginais (GERMANI, 1965). A incorporação de grupos que estavam fora da política é complexa, porque a inserção demandaria uma maior mobilização de recursos, além do que o próprio sistema político poderia absorver por meio dos canais e arenas institucionais de participação existentes. A argumentação central é de que essa demanda não absorvida passa a pressionar o sistema político e é “abraçada” pelo movimento populista. Essa relação é possível, pois as democracias latino-americanas não tinham seus sistemas políticos avançados, modernos, com participação consolidada das suas populações a partir de sistemas democráticos robustos e modernos.

Ao assumir o poder político, os movimentos populistas rejeitaram os valores básicos da democracia representativa, como as liberdades civis, passando a adotar um modelo de desenvolvimento baseado na centralização

do planejamento estatal e na nacionalização de atividades econômicas e recursos naturais, prescindindo do legislativo e do judiciário. O autor completa sua abordagem identificando e concordando com outros autores contemporâneos que o caráter de classe desse movimento se dilui, dificultando enxergar do ponto de vista político onde começa e termina. As massas, definidas como marginais ou disponíveis, não teriam capacidade de articulação própria e se vinculariam ao líder por meio dos seus traços carismáticos e demagógicos (GERMANI, 1965).

Concentrando seus estudos no aspecto da caracterização da base social do populismo, Di Tella (1969) enfatiza sua abordagem no que chama efeito de deslumbramento diante da modernidade, impactando, de forma decisiva, nas massas urbanas recém-chegadas da zona rural. Para Di Tella (1969), o complexo movimento que envolve mudança para a cidade, a escolarização e a influência dos meios de comunicação que confluem na elevação da expectativa dos grupos, frustrados ou não, em ter suas satisfações atendidas. Nesse mesmo processo, as massas urbanas enfrentam um processo de degradação de suas organizações e núcleos organizativos, ficando à mercê da manipulação convidativa dos líderes carismáticos e demagógicos. Esse panorama desenhado

por Di Tella (1969) serve fortemente para explicar como os movimentos operários e liberais têm dificuldade em se organizar em termos os padrões europeus. A ideologia, ao fim e ao cabo, era o repertório político dos líderes populistas para o controle das massas e o freio às suas mobilizações e reivindicações.

Esse panorama nos serve ainda para entender porque o autor define o populismo como:

(...) um movimento político, com forte apoio popular, com a participação de setores de classes não operárias com importante influência no partido e que sustenta uma ideologia anti-status quo. Suas fontes de força são: I) elite localizada nos níveis médios ou altos da estratificação e dotada de motivações anti-status quo; II) massa mobilizada formada em resultado da 'revolução de aspirações'; e III) uma ideologia ou estado emocional difundido que favoreça a comunicação entre líderes e seguidores e crie um entusiasmo coletivo (...). (DI TELLA, 1969, p. 87)

Partindo de outra premissa, Ianni (1975) traz à discussão o papel conciliatório que o populismo exerce entre as classes, sob o manto da ideologia da liderança carismática, em uma aliança instável e conjuntural, alimentada pela narrativa do próprio líder carismático. Para o autor, existem dois tipos de populismos: o populismo das cúpulas e o populismo das massas. Na primeira tipologia, estão governantes, políticos, burguesia nacional, burocratas e sindicalistas vinculados ao movimento, muito próximo a uma teoria

das elites. Já a segunda tipologia tem sua base nos operários, migrantes de origem rural, grupos de classe média baixa, estudantes, intelectuais e partidos de esquerda.

A tática utilizada pelo primeiro agrupamento de tipológico passa pela utilização do segundo grupo para o alcance dos objetivos econômicos e políticos, contando com a manipulação e o cerceamento das capacidades mobilizatórias e de atuação política das massas. Para o autor, dada à circunstância política pode-se mesmo acreditar que não há conflito entre as classes ou que o clima harmônico, alimentado pela manipulação simbólica e cultural beira o completo apaziguamento de classes. Qualquer fissura ou crise momentânea faria ruir essa aparente conciliação entre as classes, já que a elite política abandona as massas, aliando-se ao capital internacional ou a outro grupo dirigente, sustando os interesses das massas, e frustrando sua aspiração por mudanças ou reformas mais profundas.

Para Ianni (1975), mesmo que a manipulação das massas seja a tônica mais geral, não é de fácil manejo dos líderes populistas, e a complexificação das sociedades levaria a fragilização dessa “aliança”. Isso porque as massas não estariam sempre à espera ou a disposição dos interesses pessoais do líder populista. O

autor argumenta que, no limite, essa insatisfação, seja pelo não atendimento a uma demanda seja pela frustração efetiva espalhada por todo o tecido social, demandaria do líder populista uma recomposição da coalizão populista e fazendo uso das forças armadas para recompor a “ordem”.

Em síntese, para o autor, o populismo representaria “uma modalidade particular de organização e desenvolvimento das relações e contradições de classes sociais na América Latina” (IANNI, 1975, p. 11). Somente a crise do paradigma agrário exportador, arrastando a dominação oligárquica e suas representações sociais, viabilizaria que uma classe se impusesse sobre as demais, em tempo que uma nova combinação forças seria necessária para organizar e exercer o poder, bem como reestruturar as relações de dependência externa, com novos personagens, mas sob as mesmas bases. A coalizão populista ao redor do líder populista aparece como produto dessa conjuntura.

De certo modo, os três autores que concentramos nossa abordagem conceitual da literatura clássica sobre o populismo coincidem em muitas das características que identificam no populismo. Parte da combinação de grupos na coalizão populista, a liderança exercida por

representantes das classes dirigentes, a orientação para o enfrentamento ao *status quo* em geral, a adesão das massas urbanas mobilizadas, a relação direta entre o líder carismático e tais massas, a promoção do desenvolvimento com base na industrialização e planejamento coordenados pelo Estado, focado no consumo interno, e a narrativa anti-imperialista, percebida a partir dos discursos políticos, como também na ideia difusa e confusa de nacionalismo e nacionalização dos setores estratégicos da economia.

Ianni não orienta sua análise a partir da democracia representativa, porque está olhando governos populistas e seus traços ditatoriais, se distanciando ainda de Germani e Di Tella a partir do entendimento de que a divisão de classes e o consequente conflito entre as classes dirigentes e as subalternas acontecem dentro da coalizão populista. Para o autor, as classes dirigentes usam o outro grupo social para alcançar seus interesses e as abandona quando perdem o controle sobre a mobilização das massas. O autor observa ainda que as classes subalternas no interior da coalizão populista podem se reorganizar e se articular paralelamente e tensionar o líder populista para ampliar sua agenda, a fim de obter maiores resultados aos seus interesses. Esse papel, ainda segundo Ianni, nem

sempre é conduzido por um partido das classes subalternas, sendo, por vezes, orientado por partidos com interesses difusos e dissidentes da coalisão populista.

Há, contudo, um elemento central de discordância entre as correntes teóricas, qual seja o papel das massas dentro do movimento populista mais ampliado. Alguns autores se alinham a Debert (1979), que traduz “populismo”, tanto na linguagem popular ou científica, como expressão mais geral de um amplo fenômeno popular de emergência das classes populares na vida política. De outro lado, Smith (1978) reafirma que o ingresso na vida política das massas populares não passa de uma manipulação instrumental das classes dominantes ou das lideranças populistas, rapidamente, subvertida quando a classe dirigente se reorganiza em torno das elites, oligarquias e demais classes dominantes. É essa divergência que permite, na história política brasileira, o surgimento de um instrumento de integração e manipulação simultâneas no Estado populista brasileiro, que, de acordo com Saes (1976: 32) “não deve, no entanto, ser considerada como uma anomalia, mas como uma essência e, ao mesmo tempo, a contradição fundamental do populismo”.

O pensamento clássico sobre populismo, portanto, concentra sua análise na compreensão do fenômeno como forma

de governo, e o caracteriza pelo seu caráter manipulativo, ideológico, do que por sua performance ou democratização da política. Há uma forte ingerência, argumenta o conjunto de autores, no processo decisório em que o controle do Estado está, na prática, como processo paralelo distante das massas ou somente simbólica. Para o surgimento desse movimento populista, conforme os autores, o que estão na base são as condições de pobreza e a ausência de direitos fundamentais em suas formações sociais.

Há uma compreensão de que atuam para ampliar na mesma medida as desigualdades econômicas e a manutenção de determinados elementos do jogo político, quando o assunto é populismo. Esses traços particulares, na América Latina, contrastam com as democracias modernas do Norte ocidental, e poderiam colocar à primeira vista todo o continente em condição de pré-moderno ou eternamente em situação de pré-político.

Por isso, a necessidade de entender as formações sociais particulares. Mesmo que se compreenda e garanta às democracias latino-americanas formações próprias, não se pode desprezar que as disparidades econômicas e sociais (também ambientais e culturais), assim como o acesso a direitos e serviços, criam um potencial de geração de conflitos, que

Tocqueville (1998), olhando o século XIX, resumia como os que têm e os que não têm. Existe, então, outro modo de acontecer a política e os governos.

O populismo clássico latino-americano, referido à fase 1930-1960, mostra algumas particularidades quando comparado com seus antecessores europeu e estadunidense. O distintivo maior radica no seu caráter predominantemente urbano e modernizador, explícito no discurso político, que destaca como legítima portadora da essência popular a massa operária das cidades. Com efeito, o processo de industrialização, sob o comando do Estado, esteve na base do pacto político costurado pelos regimes nacional-desenvolvimentistas, quando, em toda parte, ganhava legitimidade a intervenção do poder público nas esferas social e econômica.

Partindo da chamada sociologia da modernização, Gino Germani, Torcuato di Tella e Octavio Ianni (1973) interpretam o populismo da época como a forma que assumiu, na América Latina, a transição da ordem oligárquica para a sociedade industrial moderna. Reformistas em essência, os regimes populistas da região teriam buscado, através de uma aliança de classes, diminuir ou mesmo neutralizar o poder das elites latifundiárias, ampliar o mercado interno e promover, via política

cambial e protecionismo, o desenvolvimento industrial, em sintonia com os pressupostos do sistema capitalista.

Formulações da contemporaneidade

Algumas formulações recentes dão conta de que o fenômeno ainda persiste desafiando sua historicidade. Ele se renova e acompanha as transformações históricas, repercutindo práticas e modos de fazer que se assemelhe e aproxime daquela realidade concreta dos anos 1930-1960. O lapso temporal e a complexificação das sociedades latino-americanas e globais fizeram aparecer o fenômeno em outros Estados fora da América Latina, como também retornaram ao cenário político latino-americano, deixando entender que nunca foram embora, apenas mudaram as práticas (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Para Hermet (2003), o populismo é a subordinação do exercício do governo à soberania popular, o que conferiria prioridade às demandas e necessidades do povo, entendido como uma unidade. O próprio autor, no entanto, considera que a importância conferida pelo governante às demandas populares não é suficiente para que seja definido como populista, já que existem mais exemplos de ideologias ou regimes políticos que reservam a mesma centralidade ao povo e às suas exigências. Mesmo se concordasse com o autor, seria

preciso que ele explicitasse um pouco melhor como se opera a ideologia ou o carisma do líder, e quais os estratagemas utilizados para garantir hegemonia e dominação. O autor tenta identificar que o líder populista é aquele que acorre às camadas populares para resolver seus problemas, oferecendo soluções rápidas, o que estaria em descompasso com o ritmo da administração pública. Desse modo, ele o faz com o discurso ideológico de mediação direta, sem a necessidade de cumprir trâmites institucionais e prazos fixos, ou mesmo o compartilhamento de poder com o legislativo ou o judiciário, poderes dos quais diz prescindir. A importância conferida ao povo e às suas exigências, o carisma e a oferta de soluções rápidas, e não mediadas, seriam os atributos do líder populista, segundo o autor.

Do mesmo modo, Freidenberg (2007) se concentra na dimensão política, determinando as relações no âmbito do populismo, inclusive como categoria meta-histórica, atravessando todo o período moderno para alcançar a América Latina na forma que se encontra hoje. Para a autora, a década de 1990 é o ponto de inflexão, emergindo diversos casos no continente (Carlos Menem, na Argentina, Fernando Collor, no Brasil, e Alberto Fujimori, no Peru), com perfis econômicos que se associam ao neoliberalismo, divergindo

daquele modelo clássico nacionalista, o qual demonstra um novo tipo de populismo surgia.

Não aderimos a essa abordagem integralmente ainda que concorde quanto ao estilo de liderança, fazendo com que as características do líder populista sobressaíam e sobredetermine a política nacional. A necessidade de atualizar o conceito, justifica a autora, vem da persistência do fenômeno na América Latina, ou, ao menos, da percepção de setores das sociedades latino-americanas sobre essa persistência. Se governantes atuais continuam sendo taxados pela mídia de populistas, é necessário voltar a encarar o tema.

A autora define o populismo como

un estilo de liderazgo, caracterizado por la relación directa, carismática, personalista y paternalista entre líder-seguidor, que no reconoce mediaciones organizativas o institucionales, que habla en nombre del pueblo y potencia la oposición de éste a 'los otros', donde los seguidores están convencidos de las cualidades extraordinarias del líder y creen que gracias a ellas, a los métodos redistributivos y/o al intercambio clientelar que tienen con el líder (tanto material como simbólico), conseguirán mejorar su situación personal o la de su entorno. (FREIDENBERG, 2007: 25)

Enquanto Ianni (1975) se baseia nos casos de Lázaro Cárdenas, que governou o México de 1934 a 1940; de Getúlio Vargas, presidente do Brasil nos períodos de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954, e de Juan Domingo Perón, que comandou a Argentina de 1946

a 1955 e de 1973 a 1974, Freidenberg (2007), ao contrário, traz à tona novos exemplos, que vão de Hipólito Yrigoyen, com governos na Argentina de 1916 a 1922 e de 1928 a 1930, até Rafael Correa, presidente do Equador desde 2007. Partindo da periodização de Drake (1982), que está dividida em populismos precoce, clássico e tardio, a autora propõe três novas categorias, a saber: os novos populismos neoliberais, os anti-neoliberais e os populismos contemporâneos, para dar conta da nova onda desde a segunda metade da década de 1980.

Conforme Laclau (2005), a dimensão política também tem relevo sobre as demais. Entretanto, sua preocupação é ampliada e toda sua produção tem como objetivo reintroduzir o debate do populismo sob as novas bases, menos negativas do que aquela produzida pela literatura clássica. Para o autor, é necessário captar a racionalidade própria do populismo para que se possa analisar e explicar. Nessa perspectiva, quando qualquer fenômeno é definido apenas em sua incompletude e pobreza em termos ideológicos e hierarquizado em relação a outros, ou mesmo tido como mais racional, e ainda visto como transitórios e manipuláveis, é difícil identificar suas características específicas. O esquema estrangula a realidade de tal modo que não é possível ver

outra coisa a não ser o que o esquema traduz (LACLAU, 2015). Assim, ao invés de focar os aspectos que faltam ao populismo, relegando-o a uma subpolítica ou pré-política, talvez o autor ache mais prudente ao analista concentrar-se naquilo que o fenômeno apresenta em seus próprios mecanismos internos de funcionamento e operação sistêmica.

Argumenta, assim, Laclau (2015) que o populismo não é demagógico ou frágil em suas formulações societárias, porque é ideológico e obscuro, antes pelo contrário. Ele está expressando, talvez, uma indefinição da realidade social, das classes e das relações objetivas, uma crise de hegemonia ou *interregno*, que surge como condição para que o populismo aumente sua capacidade de aglutinar diferentes grupos sociais em torno de um projeto acéfalo ou personalista, construindo significados políticos próprios e relevantes.

O que separa e distingue o fenômeno é a ênfase em uma lógica simplificadora da atividade política, que substitui as diferenças sociais por dicotomias em que os dois lados necessitam apresentar contornos imprecisos, para aglutinar diferentes grupos. São exemplos recorrentes as dicotomias entre o povo e a oligarquia, nação e o mundo exterior ou entre as massas trabalhadoras e os exploradores. “Nós” e “eles” são uma evocação de um momento

superior do populismo quando a indefinição social e aparente harmonia de classes esconde as reais distinções sociais.

O populismo, portanto, não seria um tipo de movimento com uma base social específica e determinada orientação ideológica, e sim uma compreensão, uma lógica, que simplifica a relação do político e da política refazendo e redefinindo as fronteiras internas cuja imprecisão favorece apenas para identificar a existência de outro lado, obrigando que os grupos sociais se aglutinem em torno de um dos polos. Nesses termos o que o populismo apresenta como unidade social é a elevação daquele lado que se alinha com o discurso populista, contrapondo-se ao outro como opositor, o que contribui para a manutenção de suas singularidades. Aparece ao público o lado que se perfila ao líder, em um discurso performático de unidade.

Essa ordem, assevera Laclau, deve prescindir de toda ordem institucional vigente, buscando constantemente a ruptura com essa ordem suas instituições e normas sociais, os quais proporcionam uma instabilidade política e social apenas aninhada e apaziguada à figura e ação política da liderança populista. O líder populista é, por essa razão, constantemente convocado para dirimir todas as questões do mundo político, social e também pessoal.

Ainda que os três autores - Hermet, Freidenberg e Laclau - concentrem suas análises na dimensão política cada um o faz a seu modo. Vale salientar que foi de grande valia perceber os aspectos distintivos abordados em torno do mesmo fenômeno. Segundo Hermet, o populismo é a oferta de soluções rápidas e não mediadas; enquanto para Freidenberg, o estilo de liderança daria a tônica distintiva do populismo a outras formas de governo. Para Laclau, por sua vez, é preciso reagir a uma lógica simplificadora do populismo meramente como atividade política, uma vez que o populismo é um fenômeno complexo e que envolve racionalidade, não apenas ideologização e mitificação da realidade. A riqueza da análise está justamente em perceber sua dificuldade, para uma realidade complexa.

Entre teoria e novas práticas

As definições mais recentes, que tentam dar conta de casos de diferentes momentos ou períodos históricos na América Latina e, portanto, não podem associar os componentes políticos ao contexto socioeconômico descrito pelas formulações clássicas, são claramente insuficientes para caracterizar o populismo como um fenômeno particular em sua historicidade. As práticas dão concretude ao que se apresenta no plano teórico ou podem refutar o modelo.

Se por um lado existe o reconhecimento de que as duas primeiras características apontadas, a importância conferida ao povo e às suas exigências, bem como o carisma, não são exclusivas dos líderes populistas, por outro há um aspecto distintivo e marca dos populismos latino-americanos: a oferta de soluções rápidas que prescindem das instituições, parlamento e arenas decisórias típicas das democracias contemporâneas. Entretanto, essa mesma forma aparente do fenômeno pode se estabelecer em torno de conjunturas muito específicas, eleitorais ou como produto das disputas e correlação de forças. Esse aspecto nos parece crucial nessa compreensão, porque a ênfase dada às soluções não mediadas, no sentido de que um governante populista se caracteriza por tentar evitar ou flexibilizar as ações das instituições e os prazos regulares que garantem não apenas o fluxo da política, como também o acompanhamento social e os órgãos de controle o que, por lado, fragmenta e fragiliza a própria democracia, e, por outro, a realiza, já que as demandas dos grupos populares são inseridas para execução da ação.

Do ponto de vista metodológico, é importante identificar, em cada objeto concreto, se há ou não recorrência nesse tipo de prática, o que caracterizaria uma ação deliberada para submeter todo o

sistema democrático, ou trata-se do “estilo” (populista) do governante. Em ambos os casos, essa prática, em última instância, contribuiu para a fragilização e desdemocratização dos Estados Nacionais repercutindo na sociedade em geral, mesmo que não tenha sido motivado por um interesse direto em combater a democracia, ao menos até os recentes governos declaradamente antidemocráticos dos EUA.

O que torna ainda mais complexo é o insulamento desse elemento enquanto um fenômeno que é justamente caracterizado pela complexidade que envolve a caracterização do populismo, governantes e sociedade. O fato de que um governante carismático e preocupado com as demandas da população tenha como estratégia a oferta constante de soluções rápidas e não mediadas, não significa, por si só, que se trate de um líder populista. De que adiantam ter todas essas características se, por exemplo, não contar com uma base sólida de seguidores? Afinal, um governante não pode representar de fato um exemplo de líder populista se não tem apoiadores fiéis. Nesse caso, se trataria, na verdade, de mais um exemplo da confusão recorrente na mídia e no senso comum entre populismo e demagogia.

A perspectiva de Freidenberg (2007) enfeixa a análise no estilo de liderança, sem resolver o problema. Para

começar, sua definição pode ser aplicada a um grande número de casos, com muita variação entre eles, inclusive no que se refere ao estilo de liderança, origem social do líder populista. A quantidade de exemplos e o largo período histórico que seu livro apresenta traz uma aplicabilidade a-histórica, atemporal e desconhecendo uma das marcas do populismo: a questão da classe social. Fica mesmo impossível ter o modelo típico ideal na forma pura aparentemente desejada pela autora. Essa imprecisão anotada, ainda assim, também nos serve para a ideia-força de seu texto. O estilo de liderança (FREIDENBERG, 2007).

Caracterizar o fenômeno, mesmo em sua versão contemporânea, a partir do estilo de liderança nos parece perigoso e incompleto, porque seria necessário ir mais afundo, caracterizando outros elementos discursivos e as formas que eles repercutem nas práticas políticas. Que tipo de cultura política recria ou refunda na sociedade? Quais nexos com o sistema político estabelecem? Ao imobilizar instituições, quais as trocas oferecem ao establishment? Contudo, a performance política, antes observada apenas para movimentos e grupos sociais, passa a ser incorporada como análise para governos e lideranças. Para Freidenberg (2007), a forma como governa, os recursos discursivos e

narrativos que evoca para manejar seu governo e mobilizar (ou imobilizar) as forças sociais e políticas, os simbolismos que utiliza para garantir ou prorrogar seu carisma e aceitação ao seu governo incidem diretamente nas políticas que executa. Toda política pública é precisamente inserida nesse contexto.

Estendendo um pouco essa compreensão, podemos observar que o fato do líder populista não reconhecer a necessidade das mediações organizativas ou institucionais, a necessidade em prorrogar as esperanças e a certeza transmitida a seus seguidores de que os recursos serão redistribuídos por meio do intercâmbio clientelista e personalista, e que as medidas econômicas e sociais obedecerão às mesmas lógicas populistas, são desafios constantes à liderança populista.

A forma das políticas para democratização dos direitos sociais e políticos, por exemplo, é um elemento importante para a compreensão do fenômeno populista, como ela é elaborada, quais recursos disponíveis, como e para quem é estendida, etc. São elementos que aparecem de forma tão essencial quanto o estilo de liderança do governante, quando buscamos caracterizá-lo como populista, pois “la relación directa, carismática, personalista y paternalista entre líder-seguidor” reflete em ações concretas. Do

contrário, adverte Freidenberg (2007), poderia se confundir, mais uma vez, populismo com demagogia.

Para a autora, o líder populista fala em nome do “povo”, e a categoria povo aqui aparece com a mesma imprecisão de toda promoção e marketing político, porque, a despeito de alcançar as populações de seu território, pode dissimular que os benefícios de determinada ação podem ser restritos a seu próprio benefício. Ao mesmo tempo em que fala em nome do povo, o governante populista, segundo o conceito de Freidenberg, precisa estimular o antagonismo entre as classes, grupos e mesmo regiões, porque ele deve aparecer como o mediador paternalista e apaziguador em um segundo momento. A crítica política em candidatos é um traço comum do mundo político, sobretudo em contextos de baixa credibilidade partidária ou do sistema político em seu conjunto. O político tradicional pode, inclusive, utilizar dessa narrativa para apresentar-se como novidade no mundo político. O elemento discursivo e narrativo enquanto estilo da liderança, então, pode não significar ameaças ao sistema político de um modo geral, porque a cada crise, candidatos se elegem com base em críticas aos políticos tradicionais, entre os quais, por sua vez, estão alguns que se elegeram, utilizando a mesma crítica do momento anterior. Os sistemas políticos

locais ou regionais têm bastante representação desse tipo de discurso. Portanto, esse elemento estilístico do líder populista não é necessariamente um elemento que caracteriza sua atividade populista de *per se*. Mas, o uso desse repertório associado a outros modos de fazer política talvez configure.

A análise de Freidenberg (2007) não avalia quais são os grupos que atuam ao redor da liderança populista e o processo pelo qual ele reconverte a narrativa de popularização em ações não polarizadas. Nesse sentido, Freidenberg (2007) repete algumas incompletudes de outras formulações clássicas, mesmo percebendo o caráter supraclassista dos governos populistas, e não consegue traduzir como os governos conseguem realizar as alianças de classe.

A autora trabalha com casos de “novos” de populismo”. O caso argentino com Menem, o brasileiro de Collor e o peruano com Fujimori, nos anos 1990, representam uma renovação dessa perspectiva, e na análise clássica não seriam vistos como populistas. Porém, a autora discute que esse grupo de governantes se situaram naquele quadro do populismo rentista, que mesclava defesa nacional e neoliberalismo, chamado ao povo contra os “de fora”, e abertura financeira para o sistema internacional. Diferentemente,

estão os governos dos primeiros anos do século XXI como do venezuelano Hugo Chávez ou do equatoriano Rafael Correa que passaram a constituir um novo quadro do chamado populismo de esquerda, sub-base nacional desenvolvimentista e reestatização características de neopopulismo. O discurso de polarização foi promovido a partir de ações e políticas de governo voltadas para a superação de quadros concretos de pobreza, e conciliação com as classes trabalhadoras. Não sem atender, em certa medida, ao capital nacional e internacional, ampliando também a acumulação das elites regionais, o que, em última instância, concorreu para o aprofundamento das desigualdades em longo prazo.

Esse pacto pode ser visto também em Lula, cujo populismo recebeu no Brasil um novo rótulo, o *lulismo*, aderente que estava ao nacional-social-desenvolvimentismo, personalismo e paternalismo singulares. Essa perspectiva será tratada com mais cautela no capítulo dedicado ao Brasil. A tentativa de conciliação de classes esteve aliada a uma política regional e ao projeto político democrático sem contar com a militarização da sociedade e do Estado, diferente do que aconteceu com o chavismo, na Venezuela.

Retornando a Collor, presidente brasileiro entre 1990 e 1992, temos um exemplo do esforço de popularização direta e alcance das massas, por meio de uma narrativa política de campanha e governo direcionada aos menos favorecidos, os pobres, apesar de esbanjar *status* e requinte no seu cotidiano e de ser ele mesmo produto do sistema político alagoano² e com ascendentes parlamentares. Essa mesma tentativa foi adotada anteriormente por Perón, um dos casos concretos clássicos do populismo latino-americano, conclamando por maior zelo e políticas para “os descamisados”. Diferente de Perón, a narrativa de Collor não foi suficiente para que ele conseguisse dar perenidade a seus seguidores políticos, ou mesmo à formação de uma base sólida de apoiadores. Tanto foi assim que, ao primeiro sinal de problemas, não houve quem ficasse ao seu lado para defendê-lo em manifestações de rua. Freidenberg, porém, não se preocupa em fazer essa verificação e inclui Collor entre os casos de governantes populistas com os quais trabalha.

Laclau, mais do que Hermet e Freidenberg, enfrenta a definição do populismo. O aspecto que ele considera como distintivo do fenômeno é abrangente o suficiente para que possa ser aplicado à

² Natural de Alagoas - Unidade Federativa Nordeste do Estado brasileiro.

atividade política de forma geral, como o próprio autor reconhece ao avaliar que a simplificação é um elemento necessário no exercício da análise em política (LACLAU, 2015). Ademais, Laclau não se preocupa em verificar se e como o discurso populista se reflete em ações e políticas de governo, já que seu interesse se direciona para as demandas e construção discursiva. Por outro lado, o autor tem os méritos de perceber que o populismo também apresenta uma racionalidade e de se concentrar nos seus mecanismos específicos de funcionamento, em vez de focar os aspectos que faltam ao fenômeno e o afastam da normalidade política. Com isso, Laclau se diferencia do que é produzido com mais frequência na literatura sobre o tema.

Os trabalhos desses três autores - Hermet, Freidenberg e Laclau - servem-nos para observar a renovação dos estudos e as novas formas de enxergar o fenômeno do populismo. Os três estudos ressentem de uma abordagem histórica do fenômeno, apesar de Laclau se aproximar em fazê-lo, e Freidenberg, por outra porta, tentar.

Um dos pontos cruciais dos autores está em rerepresentar o populismo em sua nova roupagem e as novas estratégias. Trazem a característica relevante de conferir ao populismo, mesmo em sua especificidade histórica, uma perenidade na

cultura política e inserida de tal forma no sistema política que reaparece nos governos desafiando sua historicidade. Uma espécie de espectro populista atua nos sistemas políticos e se corporifica nas lideranças regionais e nacionais. De todo modo, a prática populista ou neopopulista parece contribuir para a fragilização das democracias em seu aspecto institucional, porque atrai e afasta o povo em um movimento de maré controlada pessoalmente pela liderança política e o entorno que funciona sob sua tutela.

O neopopulismo a partir dos partidos e da cultura política

Um dos argumentos presente na literatura é a relação de fragilização institucional generalizada nos populismos latino-americanos. Seria preciso, então, reinstitucionalizar a participação política mediada por organizações políticas e partidos políticos fortes e coesos em torno de projetos políticos societais.

Há uma compreensão de que os partidos modernos perderam espaço no sistema político, para as corporações e para o capital, perdendo seu aspecto programático, ideológico e capacidade de conduzir os interesses da sociedade perante o Estado.

A crença de que a reinstitucionalização dos mecanismos de mediação política, do restauro das arenas

decisórias, restringiria ou causaria constrangimentos a políticos (neo) populistas. Essa crença é parte de uma relação hierarquizada dos modelos de democracia. É um dilema dado que os modelos democráticos não contemplam as iniciativas populistas ou neopopulistas como estratégias possíveis dentro do quadro das democracias modernas (LEFORT, 2011). Então, se é aceitável que neopopulistas possam, ao mesmo tempo, ser democráticos e populistas, essa linha ainda está por ser escrita.

O que há de relevante é observamos que a condição de precariedade econômica, que já é traduzida como uma fragilidade ou incompletude democrática, mesmo para os modelos de democracias europeias e estadunidenses, é em si uma promessa não cumprida da democracia liberal (BOBBIO, 2009). Assim, mais do que apresentar o populismo ou neopopulismo como sistemas democráticos incompletos, é preciso entender o funcionamento interno de seus sistemas políticos em países periféricos e de economia dependente e complementar em um sistema-mundo controlado pelo capital.

Essa massa em condições de precariedade social e econômica, ainda que mais suscetível às missivas de grupos políticos dominantes, não é uma massa que não construa sua racionalidade. A explicação das formações sociais

específicas deve, portanto, colocar no rol de preocupações que as populações agem a partir de interesses coletivos e podem aderir intencionalmente aos interesses populistas. Por outro lado, as lideranças populistas atuam não apenas com a performance política do convencimento, mas combinando elementos ideológicos em um jogo simbólico e cultural que os colocam em imersão total no sistema populista. Sendo assim, pouco importa ao conjunto mais amplo se está em jogo o processo democrático ou não. Isso é conquistado mediante ao alcance da massificação do comportamento dos grupos sociais.

O fato concreto é que as teorias políticas não vinculam o comportamento racional, às estratégias e as condições econômicas determinadas a partir das formações e identidades construídas no continente. As instituições formais de mediação política não dão conta dessa complexidade política e, ao mesmo tempo, essa precariedade gera relações sociais que operam por meio de redes clientelísticas, personalistas e paternalistas, de onde eleitores e não eleitores trocam seu apoio formal-eleitoral não apenas por favores, e pela promessa próxima-futura de obtenção dos serviços públicos essenciais (MENÉNDEZ-CARRIÓN, 1988), mas pela possibilidade de algum direito e ou participação do espólio estatal no presente.

Ao fim e ao cabo, pouco importa se a venda futura custe mais, já que boa parte (a maioria) dessa população jamais conseguirá o compartilhamento dos recursos sociais produzidos por ela.

Essa complexa rede de interações é uma herança política das formações coloniais, que repercute naquilo que Quijano (2005) chama de colonialidade do poder não apenas nas sociedades como nos aparatos políticos institucionais. Assim, sua especificidade é também uma especificidade histórica, perpetuado no tempo como prática social e política. Concordamos com Laclau (1977) que as práticas políticas geradas pela mobilização populista, longe de se constituírem numa mistura híbrida de tradição-modernidade, cuja esperança era esgotar-se com o processo de globalização, na verdade, se materializam em uma espécie de experiência popular de fazer política. Por isso mesmo, é imprescindível compreender como os cidadãos “fazem” política e como a reinterpretam, ou seja, como se constrói uma cultura política que gere mecanismos para o fortalecimento do fenômeno nas sociedades, reproduzindo em certa medida o neopopulismo.

O movimento popular que deu origem ao populismo, como estratégia política de inserção das demandas no sistema político, manteve, então, as

contradições internas e históricas, assim como a forma de fazer política tradicional. Em alguns casos, agudizou. As ferramentas utilizadas pelos líderes dos movimentos para conseguir consenso e poder em uma posição ainda subalterna ou não dominante foram as mesmas utilizadas para manter a posição alcançada no processo eleitoral. Ao mobilizar eleitores das camadas populares (“o povo”), os líderes populistas utilizam a “massa”, majoritária na população nacional, para desequilibrar o sistema eleitoral em seu favor, já que a hegemonia política dependerá dessa base social, ainda que difusa. É o uso do aparato estatal que garantirá os recursos necessários para promover, a seu modo, a inserção das demandas sociais de grupos excluídos ou mesmo de grupos focais que garantam a adesão ao projeto populista, incluindo o empresariado e o sistema financeiro.

Os diversos elementos que caracterizam e se reproduzem no neopopulismo constroem em certa medida o desenvolvimento de uma cultura política democrático-participativa, no mesmo modo que tendem a reforçar os pactos regionais, deslegitimando as instituições políticas, principalmente os partidos políticos e as organizações sociais. Também no neopopulismo, assim como o populismo tradicional, mesmo os partidos estruturados tendem a se fragilizar. Eles são

questionados cotidianamente na mídia e na sociedade sobre seu papel e validade no mundo contemporâneo. As novas formas de agendamento político, por meio dos novos movimentos sociais, também confluem para que o sistema opere à revelia do sistema partidário formal, obrigando políticos partidários a participarem de outras arenas não formais para garantir a escuta e a audiência política.

Nesse contexto, prevalece a *práxis* política que superlativa o executivo na pessoa do líder populista, mas não os sistemas e subsistemas institucionais e as organizações públicas, viabilizando a relação direta entre Estado (presidente, líder populista) e sociedade (massa, povo, etc.). Em perspectiva histórica, o que se observa é que o populismo não promove programas partidários, e sim os pequenos e difusos partidos, os quais possuem bases regionais ou personalizadas em lideranças populistas regionais ou mesmo em oligarquias.

O neopopulismo segue operando uma complexa máquina de troca, cooptação e barganha política, com os membros do Legislativo com vistas à alteração das constituições nacionais, como estratégia de flexibilizar leis e precarizar as relações sociais, para que se sustente a relação personalista. Em alguns casos, observa-se a militarização mesma do Estado, quando não há constante chantagem política para a

manutenção e perpetuação no poder. A crítica geral da política, aparecendo como crítica a contextos específicos do mundo político, tem sido substituída por uma prática constante de fragmentação e fragilização política, a “política da anti-política”.

Muito embora as eleições permaneçam como instrumento central para dar às massas a ideia de que estão incluídas no processo político, cada vez mais os sistemas apontam para um tipo de manipulação que carcome as alternativas democráticas, mesmo a organização da sociedade civil.

É preciso considerar ainda que o populismo tem uma forma de funcionamento que se aproxima do caráter corporativista, substituindo as organizações e instituições políticas tradicionais por organizações e corporações de fora do sistema político e trazendo-a para composição política do aparelho estatal, sob o mando da liderança política, para que todo e qualquer interesse privado esteja representado na política através de organizações ou instituições ordenadas hierarquicamente e controladas pelo Estado (WYNIA, 1978).

Nesse sentido, acreditamos que a cultura política é uma variável importante para entender por que o populismo tem sobrevivido na virada do milênio na

América Latina. As explicações de fenômenos políticos com base na cultura política ressaltam o significado do papel da história na sua configuração moderna.

A opção por estudar a cultura política associada ao neopopulismo responde não só a suspeita de que tradições culturais exercem uma influência significativa (o que não significa dizer determinismo) na manutenção desse fenômeno e na vigência desses tipos de governo se materializando na base de comportamento político. Essa estrutura auxilia a interpretar a estrutura da cultura política afeita ao personalismo e não às instituições. O neopopulismo é, portanto, em nossa opinião, o resultado de uma cultura política que gera formas particulares de construção de identidades manejando fortemente os simbolismos, ideologias e concertações políticas.

Na literatura, já há algum consenso de que a democracia contemporânea está em crise, por um processo de adjetivação e como forma de matizar suas incompletudes. Ela aparece como democracia deficiente, democracia iliberal, semidemocracia, democracia eleitoral, democracia formal, democracia procedimental, entre outras. Essas são algumas formas de garantir a especificidade histórica, mas também como capacidade de identificar presença de características regionais, históricas e da

própria formação social específica. Também aparece na literatura o largo debate sobre qualidade da democracia. A questão que emerge, aproveitando esse debate é justamente, se é possível tantas formas de democracia, porque não uma “democracia neopopulista”?

A democracia representativa é a base conceitual e procedimental das democracias latino-americanas. Ao adjetivar os conceitos ao redor da democracia na América Latina é preciso informar ainda que a proteção do cidadão pela lei e pela constituição, seus direitos *lato sensu*, tendo o mercado como instância reguladora das relações sociais e econômicas, e ainda a quimera de paridade social como dimensões “modernas” coexistem nas democracias com padrões de interação reveladores de submissão e estruturação clientelística e personalista. Dito de outro modo, a democracia representativa habita o mesmo lugar político e território social de arenas decisórias que funcionam como antípodas e demonstram um total desprezo pelo princípio democrático. Se acrescentarmos o ódio à democracia que as elites políticas vêm disseminando e institucionalizando, agrava-se ainda mais o problema (RANCIÈRE, 2014).

No contexto de pobreza estrutural e de desigualdades persistentes (TILLY,

1998) sob a qual a América Latina está imersa, a igualdade formal é deslocada facilmente e as instituições políticas de garantia de cumprimento da lei são frequentemente violadas pelo poder das elites. As classes subalternas minimizam o efeito negativo da desdemocratização, do qual experimentaram pelas beiradas, ainda quente, e nunca se alimentaram do miolo.

No sentido dado por Olsen (2008), a corrupção e a falta de representatividade continuam a se apresentar como um problema social nos países em desenvolvimento, particularmente, no caso da América Latina, em condição agravada pela desigualdade e pobreza. É significativo que tenham reaparecido grupos militarizados ou que apoiem a ditadura militar e iniciativas não democráticas. Nesse caso, o ditador, e não um líder eleito, apresenta-se como promessa de melhores benefícios do que aquelas apresentadas por um governo democrático (CAPUTO, 2004).

Coexiste de forma conflituosa, como é comum nas democracias, o Estado de direito com as irregularidades e atrasos nos processos penais, com a justiça de “classe”, com a violência estatal aos mais pobres, exclusão de populações rurais e povos originários do sistema de direitos, com descontinuidades de políticas públicas, com o caos jurídico e a debilidade institucional (SCHORR, 2001),

reaparecendo continuamente casos de corrupção, conseqüente impunidade e arbitrariedade, condicionando as sociedades a um ciclo interminável e de constante adensamento político das polícias e órgãos de controle. Nesses termos, os cidadãos buscam apoio e apelam às corporações e instituições de fora do sistema político, à margem da institucionalidade, que, constitucionalmente, seria a protetora das pessoas, dado que estas não o fazem de forma eficaz e eticamente com a garantia pública e social.

Desafios de um enredo populista

O desafio às democracias está em viabilizar seus sistemas políticos compreendendo esse traço cultural da forma de fazer política. Nesse contexto, um cenário peculiar em que aparecem líderes com “carisma” e com discursos afinados com os desejos de uma massa excluída ou parcialmente incluída, que consegue descolar-se do sistema político, mesmo fazendo parte, assim como deslocar o sistema partidário eleitoral para fora do jogo político. O interesse pela figura do candidato aparece com maior relevância do que qualquer outra forma de representação (BAQUEIRO, 2007).

Recentemente, em um livro bastante oportuno, Mouffe (2019) aprofunda e complexifica o debate, demonstrando que o populismo não é necessariamente um

consenso, mas que pode expressar justamente o oposto: uma política agonística. Nesse quadro, poderá caber um projeto político de esquerda, progressista, ou que articule sujeitos políticos não necessariamente conservadores em torno de um projeto político cuja pactuação permaneça sempre como resultado das disputas e não como apaziguador dos conflitos e dissensos (MOUFFE, 2019).

Desse modo, as relações entre democracia e neopopulismo permanecem como elementos conflitantes, mas complementares para os Estados-nação latino-americanos, já que um se alimenta do outro, seja como discurso disruptivo, seja como negação. O sucesso ou fracasso das lideranças (neo) populistas se dá em virtude da sua capacidade de mobilizar os cidadãos, articulando seus valores (na maioria das vezes de conservação), princípios ético-morais, deslocados de qualquer relação de classe. Isto ocorre, fundamentalmente, pelo fato de que as sociedades de massas, como as latino-americanas, proporcionam as bases culturais, econômicas e sociais para que as instituições de mediação se fragilizem. Quando a percepção dos cidadãos é a de que a dimensão material não está resolvida, as desigualdades persistentes geradas pela baixa qualidade de vida da maioria da população e pela forma de acumulação do capital em países de

economia periférica, dependente e complementar sinalizam que ainda há espaço para o neopopulismo e suas metamorfoses constantes se perpetuando nas relações políticas no continente.

Referências bibliográficas

AVRITZER, L. *Democracy and Public Space in Latin America*. Princeton-Oxford: Princeton University Press, 2002.

BOBBIO, N. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. 11ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

CAPUTO, D. *Democracy in Latin America: toward citizen democracy*. New York: United Nations Development Program (UNDP), 2004.

DAHL, R. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Ed. da USP, 2005.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DI TELLA, Torcuato S. *Por uma política latino-americana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

DRAKE, Paul. *Populism in South America*. *Latin American Research Review*, v. 17, n. 1, p. 190-199, 1982.

FREIDENBERG, Flavia. *La tentación populista. Una vía al poder en América Latina*. Madri: Síntesis, 2007.

GERMANI, Gino. *Política y sociedad en una época de transición: de la sociedad tradicional a la sociedad de masas*. Buenos Aires: Paidós, 1962.

_____. *Democracia representativa y clases populares en América Latina*. In: TOURAINE, Alain, GERMANI, Gino. *América del Sur: un proletariado nuevo*. Barcelona: Nova Terra, 1965a, p. 39-66.

_____. *Political Change: from Traditional Society to Total Participation in Latin*

- America. Nova York: Institute of Latin American Studies, 1965b.
- HERMET, Guy. El populismo como concepto. *Revista de Ciencia Política*, v. 23, n. 1, p. 5-18, 2003.
- IANNI, Octavio. A formação do Estado populista na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- LACLAU, Ernesto. La razón populista. México-DF: Fondo de Cultura Económica, 2005.
- SARTORI, Giovanni. El método de la comparación y la política comparada. In: SARTORI, Giovanni. *La política: lógica y método en las Ciencias Sociales*. México-DF: Fondo de Cultura Económica, 2002, p. 261-318.
- FALETTO, E. Notas para el análisis del proceso político ecuatoriano: 1968-1978. *Economía y desarrollo*, v. 1, n. 6, p. 71-82, 1982.
- FERREIRA, M. de M. et al. *Voices da oposição*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- FRANCO, C., COTLER, J., ROCHABRÚN, G. *Populismo e modernidade*, Pretextos, v. 2, n. 2, fev. 1991.
- Freudenberg, N. and Ruglis, J. *Reframing School Dropout as a Public Health Issue. Preventing Chronic Disease*, 2007.
- GERMANI, G., DI TELLA, T., IANNI, O. *Populismo e contradições de classe na América Latina*. Buenos Aires: Eudeba, 1973.
- GERMANI, Gino. (1971), *Política y sociedad en una época de transición*. Buenos Aires, Paidós.
- GERMANI, Gino. *Política y sociedad en una época de transición: de la sociedad tradicional a la sociedad de masas*. Buenos Aires: Paidós, 1962.
- GRAMSCI, A. *Escritos políticos*. Vol 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- GRAMSCI, A. *Escritos políticos*. Vol 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- HOBSBAWM, E. *Tempos fraturados. Cultura e sociedade no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- HUNTINGTON, S. *The third wave: democratization in the late twentieth century*. Norman: University of Oklahoma Press, 1991.
- LACLAU, E. *A Razão Populista*. São Paulo: Três estrelas, 2013.
- LACLAU, E. *La Razón Populista*. Buenos Aires: FCE, 2005.
- LEFÉBVRE, H. *De lo Rural a lo Urbano*. Península: Barcelona, 1973.
- LEFORT, C. *A invenção democrática. Os limites da dominação totalitária*. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- LINZ, J. e VALENZUELA, A (Orgs.). *The failure of presidential democracy: comparative perspectives*. London: The John Hopkins University Press, 1994.
- LITTLE, W. *Peronism: was it an is it populist? Occasional Papers University of Glasgow*, n. 20, 1975.
- LLANOS, M.; MARSTEINTREDET, L. *Ruptura y continuidad: la caída de “Mel” Zelaya en perspectiva comparada*. *América Latina Hoy*, Salamanca, n. 55, p. 173-197, 2010. Disponível em: <http://revistas.usal.es/index.php/1130-2887/article/view/7267/7338>. Acesso em: 03 de maio 2017.
- MAINWARING, S. e SCULLY, T. *Building democratic institutions*. California: Stanford University Press, 1995.

- MENÉNDEZ-CARRIÓN, A. El análisis del proceso político en el Ecuador contemporáneo: algunos comentarios a propósito de las reflexiones existentes. In: IDIS-EI, Conejo (Eds.). Estado, política e democracia en el Ecuador. Quito: Editorial El Conejo, 1988.
- MÉSZÁROS, I. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MOUFFE, C. Por um populismo de esquerda. São Paulo. Autonomia Literária, 2019.
- OLSEN, T. A Latin American Paradox? Democratic quality and endurance. American Barometer Small Grant Series. 2008. Disponível em: <<http://www.AmericanBarometer.org>>. Acesso em: 15 abr. 2015.
- RANCIÈRE, J. O ódio à democracia. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ROUQUIÉ, A.; LAMOUNIER, B.; SCHVARZER, J (Orgs.). Como renascem as democracias. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SAES, D. Industrialização, populismo e classe média no Brasil. Caderno do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas UNICAMP, n. 1, 1976.
- SÁEZ, M. A.; FREIDENBERG, F. Partidos políticos na América Latina. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol. VIII, nº2, 2002, pp.137-157.
- SARTORI, G. Partidos e sistemas partidários. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- SARTORI, Giovanni, A política: lógica e método nas ciências sócias. Trad. De Sérgio Bath – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª Ed., 1997, p 39-43. Leitura Complementar: Wikipédia, a enciclopédia livre; Giovanni Sartori – 2011
- SCHORR, M. e WAINER, A. Argentina: ¿muerte y resurrección? Notas sobre la relación entre economía y política en la transición del ‘modelo de los noventa’ al del ‘dólar alto’. IN: Realidad Económica. Buenos Aires: IADE, 2011. N° 211.
- TILLY, C. Democracia. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- WEFFORT, F. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.